



## **EXPANSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURAS NO BRASIL PERÍODO DE 2010 A 2018**

Stela Maria Meneghel<sup>1</sup>  
Luciane Vieira Westphal<sup>2</sup>

### **RESUMO**

### **EXPANSÃO MERCANTIL DOS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL NO PERÍODO 2010-2018**

Stela Maria Meneghel<sup>3</sup>  
Luciane Vieira Westphal<sup>4</sup>

### **RESUMO**

Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), o Brasil passou por significativa expansão da educação superior (ES) em função do crescimento do setor privado-mercantil – instituições, cursos, matrículas. Neste contexto, as licenciaturas figuraram como alguns dos cursos de maior crescimento. O presente artigo, elaborado no âmbito do Projeto Universitas/BR, em seu núcleo da Universidade Regional de Blumenau/FURB, analisou a expansão das licenciaturas no período de 2010-2018, buscando identificar sua especificidade em relação aos demais cursos. Para tanto, foi realizado um estudo de abordagem mista, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com dados sobre expansão de instituições, cursos e matrículas nas licenciaturas (presencial e EaD), relacionando-os com os outros cursos do país. Foram fonte de informação as Sinopses Estatísticas da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); quanto à análise, teve suporte em autores que analisam a expansão mercantil da ES (Sguissardi, 2015) e a formação de professores (Barreto, 2015; Pinheiro, 2018) no Brasil no período pós-LDB/1996. Os resultados apontaram que a expansão das licenciaturas no período analisado foi distinta dos demais cursos de graduação, embora suas matrículas também sigam aumentando. O fator diferencial reside na oferta da modalidade a distância (EaD), preponderante nos cursos de formação de professores, que se tornaram um reduto da educação-mercadoria no país.

**Palavras-chave:** Licenciatura, Mercantilização, Educação a Distância, Educação Superior, Expansão.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Docente do Programa Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Regional de Blumenau (FURB/SC). [smeneghel@furb.br](mailto:smeneghel@furb.br).

<sup>2</sup> Mestranda do PPGE/FURB; docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). [lucianewes@gmail.com](mailto:lucianewes@gmail.com).

<sup>3</sup> Docente do Programa Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Regional de Blumenau (FURB/SC). [smeneghel@furb.br](mailto:smeneghel@furb.br).

<sup>4</sup> Mestranda do PPGE/FURB; docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). [lucianewes@gmail.com](mailto:lucianewes@gmail.com).



O fenômeno da significativa expansão da Educação Superior (ES) brasileira no período que se seguiu à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) é descrito por vários autores, que destacam o papel do setor privado-mercantil neste processo. Ela ocorreu em função de legislação complementar à LDB/1996 possibilitar que as instituições privadas se tornassem lucrativas (inclusive com ações na bolsa de valores), favorecendo a constituição de grandes conglomerados empresariais. (CARVALHO, 2013; SGUISSARDI, 2015).

Este processo reverteu a expectativa daqueles que tinham, na LDB/1996, perspectiva de fortalecimento da educação como bem público; ao contrário, o que ocorreu foi a expansão de um mercado educacional - a chamada mercantilização da ES - que fez com que grandes grupos empresariais passassem a deter uma fatia significativa das matrículas, em muitos casos favorecida pela implantação de cursos na modalidade a distância. (BRZEZINSKI, 2014).

No âmbito da expansão tiveram destaque as licenciaturas, pois, também a partir da LDB/1996, o diploma de licenciado foi feito obrigatório para a docência na educação básica. Conforme o Artigo 62 da referida lei: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena”. A qualificação de professores para o exercício profissional tornou-se prioridade nacional, constante inclusive do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que ratificava a demanda.

Para tanto, houve um esforço de aumento da oferta de cursos de licenciatura por instituições de educação superior (IES) públicas e privadas, tendo a modalidade a distância (EaD) como parte importante da estratégia de atingir, rapidamente, um grande número de pessoas. No entanto, passado o período de 10 anos previsto no PNE (2001-2011), sua mais nova versão (PNE 2014-2024) trouxe mais uma vez a meta de licenciar professores em nível superior para atuar na educação básica.

Dada a importância do tema, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender o movimento de expansão das licenciaturas no período 2010-2018; tomando, como parâmetro, o crescimento dos demais cursos e matrículas no país, tendo por fonte de dados as Sinopses Estatísticas da Educação Superior, produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O artigo foi organizado da seguinte maneira: após esta introdução, descrevemos os procedimentos teórico-metodológicos. Em seguida, descrevemos brevemente o processo de expansão das ES no pós-LDB/1996, esclarecendo o conceito de mercantilização. Logo após



mostramos a evolução de cursos e matrículas (presencial e EaD) das licenciaturas e demais cursos do Brasil nos anos recentes. Ao final, apresentamos nossas considerações sobre o tema.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa, elaborada no âmbito do Projeto Universitas/BR, em seu núcleo da Universidade Regional de Blumenau/FURB, apresenta recorte bibliográfico e documental (Gil, 2008). Para sua realização utilizamos a abordagem mista, que conjuga dados qualitativos e quantitativos, visando ampliar a percepção sobre o objeto e a obtenção de resultados (Dal Farra; Lopes, 2013). A revisão bibliográfica tomou por fonte materiais elaborados por outros autores - livros, revistas da área e anais de congressos (Santos, 2000). As fontes quantitativas consistiram nas 'Sinopses Estatísticas da Educação Superior', produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão responsável pela produção de dados e estatísticas educacionais no país.

Consideramos, na análise sobre expansão, informações sobre instituições, cursos e matrículas. Embora nosso foco sejam as licenciaturas, foi necessário analisar a evolução do conjunto dos cursos de graduação e matrículas do país, de modo a identificar especificidades. O recorte temporal atendeu ao período de 2010-2018, posto existem estudos sobre o período 1996-2010. Os dados foram compilados em tabelas, facilitando sua interpretação.

## **SOBRE A EXPANSÃO MERCANTIL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

A LDB/1996 foi um marco de extrema importância para a ES brasileira, pois reorganizou o sistema e modo de funcionamento de todos os cursos e IES do país, redefinindo as políticas educacionais. No que respeita à organização acadêmica, além de universidades e faculdades ela criou um novo ente jurídico, os centros universitários. Quanto à categoria administrativa, dividiu as instituições em públicas e privadas e estas, por meio dos Decretos 2.207 e 2.306 de 1997, foram divididas em privadas sem fins lucrativos e com fins lucrativos (ou apenas mercantis). Outro aspecto a destacar foi a regulamentação da modalidade a distância, antes inexistente. (SEGENREICH e CASTANHEIRA, 2009).

Para Sguissardi (2015), a LDB/1996 foi o marco de início da mercantilização da ES no Brasil, pois ela deixou de ser um bem público, para tornar-se uma simples mercadoria, um serviço comercializado conforme o interesse de organizações com objetivo de lucro. Nessa



linha, as demandas sociais e estatais por oferta de novas vagas, em particular no campo da formação de professores, estimularam uma expansão quantitativa – e não necessariamente qualitativa –, que deu espaço para um processo de massificação mercantil das licenciaturas.

Carvalho (2013) traz diversas evidências deste processo, revelando que muitas IES instaladas no Brasil na primeira década deste século se tornaram, nos anos seguintes, organizações lucrativas na bolsa de valores. Deixa claro, ainda, que este movimento de mercantilização da ES era previsto, internacionalizado e consequência da globalização.

Nos anos de 1990, as grandes instituições lucrativas passaram a ter suas ações negociadas na Associação Nacional Corretora de Valores e Cotações Automatizadas (NASDAQ) e na Bolsa de Valores de Nova York. Desde então, a educação superior tornou-se grande negócio e o segmento foi aquele que apresentou a maior taxa de crescimento de matrículas. (CARVALHO 2013, p.766)

Autores como Barros (2015) e Neves (2016) mostram que, no período 1996-2010, as licenciaturas estiveram entre os cursos de maior expansão no país. E Pinheiro (2018) explica o vínculo deste processo com as mudanças nas leis citadas, as quais facilitaram o crescimento de IES e cursos de graduação por meio da diversificação de modalidades – além da presencial e tecnológica, a EaD – e também de fontes financeiras, facilitando a comercialização da ES.

Mas é Barreto (2015) quem esclarece sobre o processo de mercantilização da ES com a expansão das licenciaturas, originado na obrigatoriedade posta pela LDB/1996, de diploma superior em licenciatura para professores de educação básica, na sua área de atuação. Tal gerou uma ‘corrida’ de profissionais não graduados em nível superior em busca de diplomas, favorecendo amplamente o mercado educacional. Como resultado, pouco mais de uma década após a regulamentação da oferta de cursos EaD, em 2011, o setor privado dominava sua oferta e as matrículas não paravam de aumentar:

[...] Nesse ano, os cursos de pedagogia são os mais oferecidos por instituições privadas: 77,5% das matrículas (sobre 587 mil alunos), ao passo que nas outras licenciaturas as matrículas privadas somam 42,4% (sobre 672 mil estudantes). Do total de matrículas na pedagogia, 48% estão na educação a distância, enquanto a proporção de alunos nas outras licenciaturas a distância é de apenas 19%. [...] as matrículas a distância fazem toda a diferença: elas saltaram de insignificante 0,6% em 2001 para 31,6% em 2011. (BARRETO, 2015, p.682).

A oferta EaD facilitou o acesso aos cursos de graduação, permitindo ingressassem na ES estudantes antes excluídos: adultos precocemente afastados da escola, trabalhadores, jovens sem tempo ou recursos para se deslocarem até cidades com cursos presenciais. Além disso, mostrou-se uma opção mais acessível em termos econômicos, devido permitir turmas com muitos alunos sem necessidade de investimento em espaço físico. (LOPES et ali, 2016).



Por outro lado, diante de tão rápida expansão, passaram a existir diversas críticas à sua qualidade. Conforme Rodrigues; Capellini (2012, p.625), “[...] é importante destacar que ainda há práticas dessa modalidade que levantam questionamentos em relação à qualidade dos cursos ofertados, como por exemplo, cursos que não apresentam metodologia adequada e não conduzem o aluno para a efetiva aprendizagem”.

Importante ressaltar que também o setor público fez um grande esforço de abertura de cursos no formato EaD. Priorizando a abertura de licenciaturas públicas nesta modalidade, o decreto federal 5.800/2006 estabeleceu a criação do Sistema Universidade Aberta no Brasil (UAB), voltado à oferta de cursos à distância por universidades públicas.

Estes acontecimentos mostram a peculiaridade das licenciaturas no contexto da expansão dos cursos de graduação do país no contexto pós-LDB/1996, assim como a importância de acompanharmos sua evolução - razão pela qual analisaremos, no próximo item, sua expansão no período 2010-2018.

## **A EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS NO PERÍODO 2010-2018**

Segundo dados do INEP, em 2010 as IES públicas e privadas no Brasil contabilizavam um total de 2.378 instituições; no ano de 2018, estas eram um total de 2.537, em crescimento de 6,7% no período. A proporção entre IES públicas e privadas manteve-se a mesma ao longo da série, com estas últimas representando 88% do total. Não houve, portanto, significativo crescimento de instituições entre 2010-2018.

Quanto aos cursos de graduação, no que refere à oferta de licenciaturas, a tabela 1 revela que, no período analisado, houve diminuição de cerca de 6%, com queda por parte do setor público e privado (2% e 9%, respectivamente). A representatividade deles manteve-se equilibrada ao longo da série, sendo que no final do período houve inversão da prevalência das privadas sobre as públicas.

Nos cursos sem licenciatura, por sua vez, em toda série houve prevalência do setor privado, com aumento da oferta (da parte de IES públicas e privadas) próximo a 41% no total. Temos na série analisada, portanto, que o movimento de expansão de cursos de licenciatura foi distinto das demais graduações do país, cujo ritmo de crescimento foi visivelmente maior.

Tabela 1 Número de Cursos da Educação Superior no Brasil de 2010 a 2018

Ano	Cursos no Brasil sem Licenciatura	Cursos de Licenciatura
-----	-----------------------------------	------------------------

	Geral		Público		Privado		Geral		Pública		Privada	
<b>2010</b>	21.619	5.373	25%	16.246	75%	7.888	3.872	49%	4.016	51%		
<b>2011</b>	22.509	5.768	26%	16.741	74%	7.911	4.065	51%	3.846	49%		
<b>2012</b>	23.672	6.408	27%	17.264	73%	8.194	4.497	55%	3.697	45%		
<b>2013</b>	24.129	6.485	27%	17.644	73%	7.920	4.365	55%	3.555	45%		
<b>2014</b>	25.022	6.664	27%	18.358	73%	7.856	4.372	56%	3.484	44%		
<b>2015</b>	25.872	6.579	25%	19.283	75%	7.629	4.180	55%	3.449	45%		
<b>2016</b>	27.010	6.604	24%	20.406	76%	7.356	3.938	54%	3.418	46%		
<b>2017</b>	28.108	6.633	24%	21.475	76%	7.272	3.792	52%	3.480	48%		
<b>2018</b>	30.547	6.741	22%	23.806	78%	7.415	3.785	51%	3.630	49%		

Fonte: Dados organizados pelas autoras com base em relatórios do INEP.

Quanto à evolução de matrículas no período 2010-2018, os dados da tabela 2 mostra ter havido grande expansão da modalidade EaD: 121% no total dos cursos; enquanto isso, a presencial cresceu 16%. Como resultado, em 2018 o setor a distância passou a responder por 24% do total de matrículas do país, e as presenciais por apenas 76%. No âmbito das licenciaturas, porém, na série analisada o aumento de matrículas EaD atingiu 20,7%; enquanto isso, nos demais cursos de graduação elas expandiram 35,6%.

Tabela 2 Número de Matrículas nos cursos Presenciais e EaD

Número de Matrículas										
Ano	Geral no Brasil Presencial	Geral no Brasil EaD	Matrículas sem Licenciatura Presencial	Matrículas sem Licenciatura EaD	Matrículas Licenciatura					
					Total Geral Presencial	Total Geral EaD	Pública Presencial	Pública EaD	Privada Presencial	Privada EaD
<b>2010</b>	5.499.120	930.179	4.575.610	504.824	923.510	425.355	454.041	102.098	469.469	323.257
<b>2011</b>	5.746.762	992.927	4.819.982	564.650	926.780	428.277	483.544	103.853	443.236	324.424
<b>2012</b>	5.923.838	1.113.850	5.007.299	665.263	916.539	448.587	495.663	107.906	420.930	340.681
<b>2013</b>	6.152.405	1.153.572	5.229.424	703.990	922.981	449.582	501.922	96.662	421.059	352.920
<b>2014</b>	6.486.171	1.341.842	5.561.575	802.890	924.596	538.952	501.782	99.109	422.814	439.843
<b>2015</b>	6.633.545	1.393.752	5.725.619	830.201	907.926	563.551	490.386	86.802	417.540	476.749
<b>2016</b>	6.554.283	1.494.418	5.674.116	852.838	880.167	641.580	497.233	81.881	382.934	559.699
<b>2017</b>	6.529.681	1.756.982	5.681.839	1.011.371	847.842	745.611	492.494	110.115	355.348	635.466
<b>2018</b>	6.394.224	2.056.511	5.582.436	1.238.601	811.788	817.910	498.689	113.767	313.099	704.143

Fonte: Dados organizados pelas autoras com base em relatórios do INEP.

Cabe observar, porém, a diferença de participação dos setores públicos e privado. Entre 2010-2018, nas IES públicas elas passaram de 556.139 para 612.456, em aumento de 10%; nas privadas, por sua vez, contabilizavam 792.726 em 2010, chegando a 1.017.242 matrículas em 2018. Ou seja, cresceram 28,3%.

Observamos, por fim, que o aumento da oferta de cursos de graduação (em geral) no período 2010 a 2018, não ocorreu nas licenciaturas; em movimento inverso, elas caíram - tanto



nas IES públicas como nas privadas. No entanto, as matrículas aumentaram, especialmente no segmento privado.

O fenômeno da expansão da ES por meio da EaD, que teve início com as licenciaturas no final do século passado, a partir de 2010 passou a atingir outros cursos de graduação; em 2018, sua presença já se fazia significativa nos demais cursos, que nos últimos também começaram a ampliar suas formas de oferta.

Importante observar, porém, que os números apontam o movimento de expansão na EaD muito mais acentuado nas IES privadas; no período 2010-2018 as matrículas nesta modalidade aumentaram 117,8%, havendo diminuição de 33% na presencial. Fica claro, aqui, o processo de mercantilização – o setor privado expande onde tem chance de aferir mais lucro. Nas IES públicas, por sua vez, as matrículas EaD cresceram somente 9,8%, e as presenciais 11,4%.

O conjunto dos dados na série analisada mostra, portanto, baixo ritmo de crescimento de cursos de licenciatura, mas continuidade da expansão de matrículas, em especial pela via da EaD do setor privado. Nas demais graduações, tanto cursos quanto matrículas avançaram com maior velocidade. Neste caso, o setor público quase não cresceu, e a modalidade EaD, particularmente no setor privado, teve grande responsabilidade neste resultado. Cabe, portanto, um olhar mais acurado sobre o seu desenvolvimento.

Observamos, na tabela 3, detalhamento das matrículas do país em cursos na modalidade EaD no período 2010-2018. No geral do país, sua representatividade atingiu quase 25%, em contraponto à oferta de 75% da modalidade presencial. Análise exclusiva das matrículas na licenciatura mostra aumento de 92%, enquanto nas demais graduações ele foi de 145% no mesmo período. A mesma tabela 3 revela o crescimento do setor privado nas matrículas de licenciatura.

Tabela 3 Matrículas em Cursos da Educação Superior na Modalidade EaD no Brasil

Número de Matrículas em Cursos à Distância									
Ano	Geral no Brasil	Matrículas demais graduações		Matrículas Licenciatura					
				Total Geral		Pública		Privada	
2010	930.179	504.824	54,3%	425.355	45,7%	102.098	24,0%	323.257	76,0%
2011	992.927	564.650	56,9%	428.277	43,1%	103.853	24,2%	324.424	75,8%
2012	1.113.850	665.263	59,7%	448.587	40,3%	107.906	24,1%	340.681	75,9%
2013	1.153.572	703.990	61,0%	449.582	39,0%	96.662	21,5%	352.920	78,5%
2014	1.341.842	802.890	59,8%	538.952	40,2%	99.109	18,4%	439.843	81,6%
2015	1.393.752	830.201	59,6%	563.551	40,4%	86.802	15,4%	476.749	84,6%
2016	1.494.418	852.838	57,1%	641.580	42,9%	81.881	12,8%	559.699	87,2%
2017	1.756.982	1.011.371	57,6%	745.611	42,4%	110.115	14,8%	635.466	85,2%



<b>2018</b>	2.056.511	1.238.601	60,2%	817.910	39,8%	113.767	13,9%	704.143	86,1%
-------------	-----------	-----------	-------	---------	-------	---------	-------	---------	-------

Fonte: Dados organizados pelas autoras com base em relatórios do INEP.

Ao longo da série, o ritmo de crescimento da EaD foi extremamente significativo, tanto nas licenciaturas (matrículas quase dobraram) quanto nos demais cursos de graduação. No geral, as matrículas EaD expandiram 121% no Brasil; enquanto a modalidade presencial apenas 16%. No entanto, tal vem ocorrendo majoritariamente em função de investimentos do setor privado, dado que a participação da oferta por parte de IES públicas decaiu ano a ano. Esta tendência deverá continuar nos próximos anos pois, como já indicado, a EaD diminuiu os custos da modalidade presencial com espaço físico e pessoal, ampliando lucros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados mostram que a expansão da ES brasileira no período 2010-2018 é um fenômeno, tal como no período anterior, fortemente vinculado ao setor privado. Seu diferencial, porém, está vinculado ao avanço cada vez maior da modalidade EaD que, por suas características, rompe barreiras físicas e geográficas.

Inicialmente vinculado às licenciaturas, na série analisada vimos a expansão do potencial de crescimento da EaD para outras graduações – em cursos e matrículas. A princípio, não se faz necessário criar mais instituições e possivelmente, tal como nas licenciaturas, daqui algum tempo não serão necessários novos cursos – aumentaram apenas as matrículas dentro da estrutura efetivada.

Essa modalidade carece de pesquisas que possam melhor analisar e especificar sua relação com a qualidade. Pois se é fato que ela permite ampliar mais rapidamente o número de estudantes dada a praticidade do acesso e diminuição de custos, ainda não está claro que sua acelerada expansão por parte do setor privado-mercantil, com foco no lucro, trata os mesmos benefícios para a sociedade em geral. Cabe esse esforço no campo das licenciaturas, em que a quantidade de egressos já é bastante significativa, a fim de identificar se a mercadoria educacional tem valido seu preço no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2015, vol.20, n.62, p.679-701. ISSN 1809-449X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206207>.





BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n.º. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em 24 agosto 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e atualizações – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 22 agosto 2020.

\_\_\_\_\_, Lei n.º 13.005/2014. **PNE - Plano Nacional de Educação** Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em 23 agosto 2020.

BRZEZINSKI, Iria (org.). **LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos**. São Paulo: Cortez, 2014. 386 p. ISBN 9788524922336

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2013, vol.18, n.54, pp.761-776. ISSN 1413-2478. <<http://dx.doi.org/10.1590/S141324782013000300013>>.

DAL-FARRA, R. A.; LOPES P. T. C. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Revista Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira **Sinopses estatísticas da educação superior** – graduação. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em 22 agosto 2020

LOPES, P. E. V. D. P.; JUNQUEIRA, V. H.; BARROS, F. C. D. **Expansão da Educação a Distância e o ingresso de licenciados no mercado de trabalho**, São Carlos, 8 a 27 Setembro 2016. 18. Disponível em: <<http://www.siedenped2016.ead.ufscar.br>>. Acesso em: 18 setembro 2020.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. In T. Dwyer at al. (Orgs.), **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira** (v. 1, pp. 95-124). Brasília; Pequim: IPEA; Social Science Academic Press/ SSAP, 2016.

PINHEIRO, Maria Paula de Melo Pereira. **Expansão da formação docente inicial: os cursos de licenciatura presenciais no Brasil (2003-2014)**. 2018. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.



Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25806>. Acesso em 23 de agosto de 2020

RODRIGUES, L. M. B. da C. and CAPELLINI, V. L. M. F. Educação a Distância e formação continuada do professor. **Rev. bras. educ. espec.**, vol.18, n.4, 615-628, 2012.

SANTOS, A. R. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 3. Ed. Rio de Janeiro: **DP&A Editora**, 2000.

SEGENREICH, S. C. D.; CASTANHEIRA, A. M. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. Ensaio: **aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 55-86, mar. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010440362009000100004&lng=pt&nrm=so](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362009000100004&lng=pt&nrm=so)>. acessos em 30 agosto 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000100004>.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. **Educ. Soc.** [online]. 2015, vol.36, n.133, pp.867-889. ISSN 1678-4626. <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>>.